



O ENSINO DA LITERATURA, ENGESSADO POR LEIS E DECRETOS

Irene Severina Rezende¹

Resumo: Nesse artigo, procurou-se pontuar alguns dos perigos, para o ensino da literatura, gerados pelas mudanças em Leis e decretos. Enfocou-se a importância do aprendizado da Literatura enquanto objeto estético e não como objeto histórico ou moral. O estudo realçou a ideia de que é preciso promover o ensino da Literatura focalizando-a enquanto produção estética, e não enquanto retratos históricos articulados por uma linguagem bem elaborada; e, ainda evidenciou que sua função é a de promover, antes da formação moral, a experiência estética.

Palavras-chave: Ensino, Literatura, Leis, decretos.

Abstract: This paper has tried to point out some of the dangers to the teaching of literature generated by changes in laws and decrees. It has focused on the importance of learning literature as an aesthetic object rather than a historical or moral object. The study has emphasized that there is a need to promote the teaching of literature while focusing on the aesthetic production and not as historic portraits linked by an elaborate language. It has also showed its function is to promote, before the moral formation, the esthetic experience.

Keywords: Education, literature, Laws, decrees.

|

Para mostrar que a discussão sobre o ensino da Literatura no Brasil não é de hoje e que envolve muitos estudiosos e pessoas responsáveis por engessar esse ensino, iniciamos esse estudo, citando algumas reformas e decretos que ao final comentaremos.

Na introdução do livro *O ensino da Literatura*, da estudiosa Nelly Novaes Coelho, publicado pela FTD em 1966, encontramos uma informação que nos chamou a atenção, uma vez que aponta uma das reformas por que a escola brasileira estava passando naquela época. E, já naquele momento, pensava-se em remodelação interna, reformulação dos métodos didáticos e, também, na estruturação dos currículos.

1. Possui Doutorado em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo: USP (2008). É Mestre pela mesma Universidade e na mesma área. É professora titular da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Tangará da Serra. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: fantástico, absurdo, literatura brasileira, irreal e literatura africana. É autora do livro de poemas: *Prolongamento* (2005). E do livro teórico: *O Fantástico no contexto sócio-cultural do século XX: José J. Veiga (Brasil) e Mia Couto (Moçambique)*. (2010).

Coelho (1966, p.16) lembra as “Instruções para o ensino do Português”, publicadas no Diário Oficial de 5 de novembro de 1965, que estava determinado para a 1ª série do curso secundário, *leitura em classe* de fábulas, contos, narrativas de cunho folclórico e poemas de fácil interpretação; leituras *extra-classe* (individual ou em equipe), de obras da literatura infanto-juvenil, de autores nacionais ou estrangeiros (estes quando em traduções corretas e bem revistas), *para a elaboração de trabalhos escritos ou exposição oral em classe*.

Para a 2ª série, havia a mesma orientação, mas o professor passava a lidar com livros de contos, narrativas patrióticas, poemas e excertos de autores nacionais e portugueses do século XIX, *precedidos de breve exposição feita pelo professor, relacionando-os com o contexto*.

E para a 3ª série, segundo a autora, eram pedidos “excertos de autores nacionais e portugueses dos séculos XIX e XX, *precedidos de breve exposição feita pelo professor*”. E para a leitura *extra-classe* (individual ou em equipe), eram sugeridas obras do Romantismo português e brasileiro. Coelho ainda lembra que para essa série havia uma observação: “É indispensável que o professor *oriente a leitura extra-classe, não apenas quanto ao valor literário, mas também no que se refere ao aspecto moral*” (p. 17). E que as mesmas instruções eram repetidas para a 4ª série, ampliando-se os autores para os séculos XVIII, XIX e XX (p. 17). (Todos os grifos são da estudiosa).

Coelho (1966, p.17-18), recomenda que nesta primeira fase, o objetivo principal deveria ser o de despertar nos meninos e meninas o gosto, o entusiasmo pela leitura, aguçando-lhes a capacidade de observação e permitindo-lhes um melhor aprendizado da língua e, ainda, o aluno deveria aprender a pensar, adquirir ideias para formar a escala de valores que iria dirigir os seus atos na vida adulta, e que a leitura e análise do texto, por elementar que fosse, não deveria nunca ser tomada apenas como pretexto para o professor “pular” para as questões gramaticais.

No prefácio dessa obra, Segismundo Spina fala da importância da tentativa de se acertar na aplicação de um método que reabilitasse o ensino da Literatura na Escola Secundária:

É altamente meritória tôda e qualquer tentativa de recuperação das fontes espirituais da Inteligência. O propósito de acertar na aplicação de um método, que venha reabilitar a estagnação em que se encontra o ensino da Literatura na Escola Secundária, constitui-se numa das tarefas mais imperativas da didática moderna. Vivemos numa época de explosão de novos valores, de reformulação visceral dos padrões tradicionais de ensino, e como tal, uma nova pedagogia literária impõe-se como terapêutica urgentíssima de revitalização do ensino da coisa literária, de dinamização do aprendizado (grifamos).

Em 11 de agosto de 1971, durante a ditadura militar, o país assistiu ao surgimento da Lei 5.692/71, que obrigava o ensino fundamental (o primeiro grau) a ter, ao invés de quatro, oito anos. De acordo com essa Lei, geografia e história se tornavam uma única

disciplina e recebia o nome de Estudos Sociais. A filosofia era retirada do Ensino Médio, com a alegação da falta de espaço para a mesma.

Ainda em consonância com essa Lei, o 2º grau passava a se chamar Ensino Médio e as disciplinas eram oferecidas em grupos de “Educação geral” ou de “Habilitação profissional”. Isto porque havia um acordo entre o MEC e a United States Agency for International Development (Usaid), dos Estados Unidos, que dava ao Brasil o apoio financeiro para a implantação dessa reforma educacional, o que garantiria aos jovens brasileiros a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, já que o Brasil atravessava o chamado “milagre econômico” e necessitava acumular capital suficiente para dar impulso à economia e aumentar a capacidade de sua produção industrial.

Nesse período não se falava no ensino da literatura, apenas havia a disciplina “Comunicação e Expressão”, (conforme o artigo primeiro da referida Lei), podendo ser trabalhada de acordo com o entendimento, a preferência e a decisão do professor - a língua e a literatura.

Tal determinação causou espanto aos professores da época e Leite (1986, p. 18) questiona a separação de Língua e Literatura, quando mostra que a separação entre as duas disciplinas se acentuou nessa época e que a literatura somente apareceria no segundo grau e seria entendida como história literária ou apresentação de autores e obras exigidos no vestibular. A autora continua mostrando que no primeiro grau, o que aconteceria seria a entrada esporádica de um ou outro livro, ou de fragmentos, e o domínio dos chamados paradidáticos. Segundo ela, com a criação da referida lei, que rebatizou a disciplina de português, chamando-a de “comunicação e expressão”, os professores universitários se julgariam excluídos, enquanto professores de literatura.

Leite (1986, p.18), faz o seguinte questionamento:

○ que se coloca é se a separação do ensino de língua e de literatura é inevitável, enquanto exigência da própria escola com sua compartimentação artificial do saber, ou se haveria outra maneira de ensinar língua e literatura de modo a dinamizar e relacionar organicamente as duas. E, havendo possibilidade de transformar o ensino de comunicação e expressão, o que mudaria? ○ que ganhariam os alunos, os professores, a escola ou a sociedade com essa mudança? Os alunos aprenderiam mais ou melhor a língua e literatura?

Coelho (2000, p. 21) também comentou essa legislação:

Lembremos que no início dos anos 60 certa legislação substituiu a disciplina de *Português* por *Comunicação e Expressão*, e a babel se instalou, pois da lei aprovada no papel para a prática das salas de aula vai uma enorme distância, e não havia preparo para isso. A propósito dessa alteração no espírito do ensino da língua portuguesa, repetimos as palavras de um mestre, o poeta mexicano-universal Octavio Paz: “numa sociedade que

começa a se deteriorar, a primeira coisa que apodrece é a linguagem” (grifos da autora).

Segundo Coelho (2000, p. 21), a partir dos anos 60, altera-se, pela base, todas as práticas metodológicas, pois se exige que as aulas, de meramente *expositivas* e *informativas*, passem a ser *interativas*, *dialogantes* e *provocativas* da curiosidade e atenção dos educandos.

Em 1990, Fernando Henrique Cardoso publica a Lei n. 9.394/96 e em 17 de Abril de 1997 regulamenta o § 2. do art. 36 e os artigos 39 a 42 da atual LDBEM (Lei n. 9.394/96). Impôs o decreto n. 2.208, que não mais obrigava o ensino médio à vinculação ao ensino profissional. Por essa reforma educacional ficou decretado o ensino obrigatório da arte, e a história e a geografia voltaram a ser disciplinas independentes. Sobretudo, a reforma recomendava o conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (II – conhecimento das formas contemporâneas de linguagem). (MEC, 1996, p. 32-33).

Em 1997 o governo divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que se articulavam em torno de quatro questões básicas:

São quatro os saberes propostos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que funcionam como pilares da educação nas sociedades contemporâneas:

- aprender a conhecer
- aprender a fazer
- aprender a viver com os outros
- aprender a ser

Objetivos tão amplos certamente não serão atingidos com um ensino conteudista e fragmentado. Por isso, o conhecimento que se quer proporcionar ou construir deve ser reflexivo e crítico nas três áreas propostas pelos PCNEM e no estrato que as transcende: a cultura, termo aqui empregado em sentido amplo (MEC, 2002, p. 23).

Em 1999 foram divulgados os Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio – PCNEM.

Segundo Cereja (2005, p. 114), a insatisfação dos professores em relação aos PCNEM tornou-se quase uma unanimidade, primeiramente por conta da insuficiência teórica e prática do documento e, em segundo lugar, porque havia nele críticas ao ensino da gramática e da literatura sem deixar claro como substituir antigas práticas escolares por outras, em consonância com as novas propostas de ensino; e em terceiro lugar, a insatisfação se deu porque, segundo Cereja, na opinião de muitos professores, a literatura – conteúdo considerado a “novidade” no âmbito da disciplina no ensino médio – ganhou um papel de pouco destaque no documento, isto é, o papel de ser apenas mais uma entre as linguagens que se incluem na área de “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, a saber: língua

estrangeira, educação física, educação artística e informática.

II

Hoje, atravessamos o século, chegamos em 2011 e o que vimos acontecer foram reformas - e decretos alterando essas mesmas reformas, e não somente no âmbito da literatura, mas em todas as disciplinas, na expectativa de se criar um ensino mais eficaz. Porém o que percebemos ao longo dos anos, é que essas reformas partiram de uma diversidade de opiniões, dependendo da visão e da formação de quem esteve no poder. Também não podemos ignorar que essas medidas transformaram o ensino da literatura numa tarefa mecânica, que se sustenta na permanência de práticas arraigadas na tradição e que, dentro desse ensino-aprendizagem proposto ao longo dos anos, as mudanças em nada contribuíram, já que não há um investimento sério no Brasil, para a educação como um todo.

As leis de Diretrizes e Bases para a Educação e os Parâmetros Curriculares estão, cada vez mais, deixando de fora o ensino da Literatura. Quem elabora essas diretrizes certamente não enxerga que a literatura deve ser como recomendou Coelho: “um instrumento capaz de aguçar a capacidade de observação do aluno, de permitir-lhe um melhor aprendizado da língua e ainda ajudá-lo a aprender a pensar, a adquirir ideias para formar a escala de valores que irá dirigir os atos na sua vida adulta”. Nem percebe que é necessário reabilitar a estagnação em que se encontra o ensino de Literatura na Escola Secundária, como observou Spina em 1966, cuja afirmação parece se remeter aos dias atuais e servir não somente para a escola secundária, mas também para todos os níveis escolares.

O ensino da literatura, em todos os níveis, precisa ser repensado, visando promover o ensino da concepção estética da obra, da criação do texto literário com suas imagens e funções cognitivas, lúdicas e catárticas, porque esse ensino se tornou justamente o que Coelho recomendou que se evitasse: “apenas o pretexto para o professor pular para as questões gramaticais”. O processo crítico e criativo está sendo esquecido, pois é muito mais fácil aprovar o aluno com a nota mínima exigida pela escola, do que ajudá-lo a pensar.

E se partirmos da recomendação proposta pela UNESCO deveremos trabalhar os quatro pilares fundamentais para a Educação a Ciência e a Cultura: *ensinar a conhecer/ ensinar a fazer/ ensinar a viver com os outros / ensinar a ser*. E não faltaria mais nada, obviamente, se conseguíssemos desenvolver tudo isso “no e com” o aluno. E nos perguntamos como? Talvez em 1966, com as recomendações de leitura que a reforma indicava ainda fosse possível. Mas em 2011, o Ensino Médio tem na grade curricular 1 (UMA) aula de literatura por semana, conjugada à língua portuguesa, que a maioria dos professores aproveita para trabalhar gramática.

Segundo Cereja (2005, p.198) falta aos professores de literatura clareza quanto aos objetivos de sua disciplina e, como decorrência dessa ausência de clareza, as opções metodológicas e as ações didáticas do professor ficam completamente à deriva, subordinado-se às opções feitas pelos autores dos manuais didáticos.

Até mesmo na Universidade quando explicamos a interveniência do ficcional em literatura, por vezes alguns alunos a tomam como algo oposto ao real, o que serve como pressuposto para o questionamento de sua aprendizagem: “por que tenho de estudar uma

coisa que foi inventada? Se é ficção é mentira, e, portanto não preciso saber”. Mas esse mesmo aluno não alcança a compreensão de que a leitura das obras lhe acrescentaria saberes que possibilitariam a sua evolução intelectual, que o tornariam capaz de “adquirir ideias para formar a escala de valores que iria dirigir os atos de sua vida adulta”, para lembrar novamente a recomendação de Coelho. E o aluno apenas consegue enxergar o peso da leitura ocasionado pela cobrança do professor, não desenvolvendo a percepção que o tornaria capaz de enxergar a força criadora presente em um texto literário.

Acreditamos que o professor de literatura precisa buscar a transformação intelectual de seus alunos, seguindo os conselhos de Coelho, auxiliando-os a tornarem-se leitores críticos, o que envolveria a interação entre literatura e sociedade, arte e consciência, sujeito e leitura, eu e o outro, relações estas já apontadas por Antônio Cândido, em sua *Literatura e Sociedade* (2005, p.01) onde o crítico, sabiamente, recomenda que se averigüe como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto de ela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce.

Sabemos que o ensino da Literatura sempre trillhou o caminho das incertezas, como vimos nos textos selecionados, que mostram que as nomenclaturas sempre vêm e vão, as junções que se fazem e desfazem, onde só as incertezas são permanentes. Incertezas que sempre foram ocasionadas de um lado por criações de leis e seus decretos para o ensino, e por outro por estratégias de ensino inadequadas, desenvolvidas por pessoas sem preparo.

E como ensinar literatura adequadamente, (se é que esta afirmação é possível), nesse novo tempo de mundo globalizado, onde as pessoas são movidas pelas evoluções tecnológicas que ocasionam mudanças sociais e comportamentais? Como alcançar os quatro saberes propostos pela UNESCO, se nos últimos parâmetros curriculares a literatura praticamente deixa de existir? Se podemos encontrar nos PCNEM, no capítulo sobre “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias para o Ensino Médio”, um apontamento hilário (se não fosse triste):

[...] Os estudos literários seguem o mesmo caminho. A história da literatura costuma ser o foco da compreensão do texto; uma história que nem sempre corresponde ao texto que lhe serve de exemplo. O conceito de texto literário é discutível. Machado de Assis é literatura, Paulo Coelho não. Por quê? As explicações não fazem sentido para o aluno (MEC, 1999, p. 34).

Tal referência/preceito/afirmação/dúvida, (como chamar - ignorância?) só poderia suscitar uma pergunta: Quem elaborou os PCNEM, entendia de literatura, para colocar numa mesma reflexão Machado de Assis e Paulo Coelho? Ou não fazem sentido a estética literária, as produções de sentido, os conceitos de conotação e denotação, o imaginário, o simbólico, a preocupação com a elegância dos recursos expressivos, entre outros?

Acreditamos que a formação da sociedade se baseia na educação por meio da democracia e não pela imposição de métodos, parâmetros ou regras. O ensino da literatura

não pode ser banalizado. Repetindo Coelho, que já em 1966 acreditava que o ensino de literatura previa que o aluno deveria aprender a pensar, deixamos a pergunta: O ensino da literatura melhorou ou piorou de lá pra cá? Sem querer responder, mas apenas para ilustrar “a corda bamba” em que caminha o ensino da literatura, é que registramos que, surpreendentemente, sempre encontramos, nas Universidades, alunos oriundos das escolas públicas que nunca leram um livro e nem aprenderam a decodificar as mensagens existentes num poema, porque foram acostumados a tomar o texto literário somente como modelo para as correções gramaticais ou para o apontamento de orações subordinadas e coordenadas, ou ainda, como modelo das regras da moral e dos bons costumes. E mais surpreendente ainda é que às vezes esse aluno sai dos cursos de letras sem ler uma obra completa, servindo-se dos resumos oferecidos pela internet. E como lembrou Vygotski (2003, p. 227):

O resultado dessa educação foi uma sistemática destruição do sentimento estético, sua substituição pelo aspecto moral alheio à estética e, daí, vem essa aversão natural à literatura clássica que 99% dos alunos que cursaram nossa escola média sentem. Muitos dos que são partidários da exclusão da literatura como disciplina de ensino escolar assumem esse ponto de vista e afirmam que o melhor meio de inspirar aversão a qualquer escritor e impedir sua leitura é introduzi-lo no curso escolar.

É necessário mostrar a esse aluno (e aos professores também), que não enxergam o papel estético da Literatura, que ela dialoga com o real e que é pela leitura que um ser se torna livre, pois entender um texto favorece a busca contínua por liberdade, por autonomia, pois a educação é a ponte que leva à transformação, e a literatura pode/deve ser vista como a escada que leva ao saber para se alcançar essa transformação.

E por isso insistimos em aprender e em ensinar literatura, porque a literatura é muito mais que uma perspectiva linguística, é onde podemos encontrar a plenitude da língua re-criada.

Referências

- CEREJA, William Roberto. **Ensino de Literatura- uma proposta dialógica para o trabalho com literatura**. São Paulo: Atual, 2005.
- COELHO, Nelly Novaes. **O ensino da Literatura**. São Paulo: FTD, 1966.
- _____. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GERALDI, João Wanderley et al. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2001.
- LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. “Ensino de Gramática e ensino de literatura”. In: **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) (1968) Diretrizes e bases da educação nacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: MEC/Colted. Coleção A.E.C., nº 12.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC) (1971). **Reforma do ensino – 1º e 2º**

graus. Brasília: CFE.

Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/QUADRO/1960-1980.htm.>

(Acesso em: 20 de Fevereiro de 2011).

VYGOTSKI, L. S. *Psicologia Pedagógica*. Trad. Claudia Schileing. Porto Alegre: Artmed, 2003.